

Doutora negra maranhense: Um labirinto de conhecimento afrocentrado?

Raimunda Nonata da Silva Machado¹

Resumo: Este artigo analisa modos de subjetivação (no sentido de tornar-se agente), a partir da noção de agenciamento de Molefi Asante (2009). É uma forma singular de problematizar e refletir sobre nossas próprias experiências como exercício político, pedagógico e epistemológico – como modo de conhecer a si mesmo. Reivindica produção de atividades intelectuais de denúncia às opressões e interessadas no desenvolvimento da capacidade de agir e criar condições de liberdade humana. Intersecciona estudos de gênero e raça, visando compreender as condições de existência das mulheres negras na sociedade brasileira e suas maneiras de apropriação dos espaços de prestígio social. Analisa as experiências acadêmicas de uma doutora nordestina, oriunda da zona rural da capital ludovicense, destacando um labirinto de possibilidades de produção de conhecimentos afrocentrados, enredando, pelo menos, duas trilhas: da formação e da intervenção/aprendizagem. O resultado, desse estudo, apresenta um labirinto que simboliza desafios, lutas, encontros e desencontros em travessias que organizam formas de intervenção socioeducacional como práticas de transgressão, resiliência, resistência e desobediência epistêmica.

Introdução

Não é fácil escrever esta carta. Começou como um poema, um longo poema. Tentei transformá-la em um ensaio, mas o resultado ficou áspero, frio. Ainda não desaprendi as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola forçou em minha escrita (Anzaldúa, 2000, p. 229).

Como Gloria Anzaldúa (2000), “as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas” também me consomem corpo e mente!

¹ Professora do Departamento de Educação II UFMA. Email: rainsmachado@gmail.com.

Comecei um relato de experiência e tentei transformá-lo em um artigo. Não conseguia ficar à vontade com o relato de experiência. Então, a decisão foi tentar indagar a mim mesma sobre as minhas experiências de aprendiz e de ensinante/aprendiz.

Quais conhecimentos tenho mobilizado ou poderia mobilizar cotidianamente nas intervenções pedagógicas sobre relações de gênero e raça, visando compreender as condições de existência de mulheres negras na sociedade brasileira e suas maneiras de apropriação dos espaços de prestígio social?

Esta indagação nasce do meu próprio percurso de escolarização e profissionalização docente, garimpando, em ações de resiliência, situações de agenciamentos que sejam capazes de “desferir um golpe na falta de consciência tanto da opressão que sofremos quanto das vitórias possíveis” (Asante, 2009, p. 94).

Com a ideia de agenciamento é possível refletir e analisar até que ponto atividades acadêmicas individuais, especificamente os conhecimentos mobilizados são potentes em produzir diferentes maneiras de intervenções no mundo social (a partir do campo educacional), considerando que a capacidade de uma pessoa agir em prol de si mesma pode se constituir um exercício de tomada de decisão coletiva, com alcance político, pedagógico e epistemológico.

Este é o labirinto de experiências que analiso, no sentido de garimpar que conhecimentos são mobilizados e seus desdobramentos na apropriação e desconstrução de espaços ditos privilegiados na lógica moderna e eurocentrada, visando refletir sobre a constituição de um labirinto, que tem a potência para produzir conhecimentos afrocentrados, nos quais se cruzam caminhos subalternizantes e libertadores.

Neste lugar simbolicamente construímos, ao longo de nossa trajetória, ferramentas de autocontrole e autoconfiança, diante dos infortúnios ocasionados pelos preconceitos e discriminações raciais que alimentam mentalidades que historicamente institucionalizam os racismos.

Este texto propõe analisar a constituição desse labirinto e de seus caminhos sinuosos com enfrentamento de situações adversas, por meio do engajamento acadêmico e científico traçado com foco no estudo das categorias: raça e gênero, cujos percursos de encontros, desencontros, acertos, erros, avanços e recuos vem se organizando em duas trilhas: formar e intervir/aprender.

Primeira Trilha: Formar

As escolhas que fazemos com o intuito de obter satisfação pessoal e profissional são movimentos políticos gerados na produção de significados sociais, que constituem histórias de vida, cujos espaços/tempos denominamos neste estudo de labirintos de experiências, que formam conhecimentos afrocentrados.

Nós escolhemos fazer coisas, ser quem somos, diariamente, em tempos/espaços diferentes que se cruzam, entrecruzam, desencontram-se e estão presentes. A produção do labirinto de nossas experiências está no conjunto da nossa ancestralidade porque somos parte dos que vieram antes de nós e dos que virão depois de nós.

Neste sentido, cartografar quais conhecimentos mobilizamos ou poderíamos mobilizar cotidianamente em nossas práticas de formação na tentativa de compreender nossas próprias condições de existência e como nos apropriamos de espaços de prestígio social,

requer conscientização do que somos – educar nosso olhar sobre si mesmo.

O que (des)aprendi? O que vejo nesse labirinto de experiências formativas? Que educações sociais e escolares se misturam.

Aprendi a ler e escrever... Demorei a ir à escola. Estudava em casa. Fui alfabetizada pela minha mãe e, principalmente, minha irmã. Aos 6 anos de idade, quando foi possível ir para a escola, minha mãe me levou e disse: “É aqui... escola muito boa, minha filha vai estudar aqui...”. A diretora nos recebeu e disse que não seria possível, que eu era uma criança atrasada (é o que se pressupõe acontecer nas famílias pretas). Então, minha mãe retrucou: “Faça um teste com ela”. A diretora aceitou e surpreendeu-se com a minha desenvoltura na leitura e na escrita...

Acessei a tão sonhada escola... Mas, há distinções no interior da escola. A minha preferência era pelas primeiras carteiras escolares, porém, não era permitido para mim. Eu reivindiquei esse lugar, entrei em conflito com a colega e somente eu fui refletir sobre meu “mau-comportamento” na secretaria da escola. É claro que, em casa, fui “corrigida” também... o lema que vigorava: “Quando um não quer, dois não brigam!”

Como demarcar uma posição privilegiada nessa escola moderna de inspiração comeniana? Alguns são escolhidos/autorizados para estarem nesse espaço e escolher os lugares que nele desejam permanecer.

Experiência com a escrita... A escola exige coisas que não temos. A professora de Educação Artística solicitou-nos uma espécie de medidor, que vinha em latas de leite em pó da Nestlé, especialmente o Ninho! É lógico que eu não tinha, afinal, esse tipo de leite não fazia parte do nosso cardápio. Resultado: fui castigada com a tarefa de

escrever a frase: “Devo trazer todos os materiais exigidos na sala de aula”. Minha mãe observou isso quando eu já tinha usado a metade do caderno – aqueles pequenos de 90 folhas (para mim, nem era castigo, eu gostava de escrever, treinar minha caligrafia) – modo como fui alfabetizada em casa – e nem tinha noção de que ficaria sem caderno. Minha mãe levou um susto quando viu aquilo e resmungou: “Além de não ter dinheiro para comprar Leite Ninho para a atividade, minha filha ficará sem caderno e decidi ir à escola”.

Mamãe também era contadora de histórias, especialmente de lendas como mula sem cabeça, lara, Curupira (pai-do-mato). Esta última era a que mais gostava de usar para nos ensinar nos caminhos da fonte e da roça. Com essas histórias eu podia viajar na minha mente e fantasiar muitas outras histórias, de modo que a leitura e a escrita eram atividades prazerosas para mim... principalmente narrativas, contos, histórias de ficção.

Na primeira série do ensino médio, a professora de Língua Portuguesa solicitou-nos a produção de uma fábula, tarefa que eu considerei fantástica, realizei e fiquei esperando o resultado, na expectativa dos elogios. Ledo engano: a professora devolveu-me sem nota e disse que o texto não tinha sido escrito por mim. Respondi que iria receber aquela desconfiança como elogio porque o texto era de fato de minha autoria! É claro que isso gerou um bloqueio. Não conseguia mais escrever e as redações se transformaram em suplício.

Todo esse labirinto, para mim, é curioso lembrar e pensar que eu já enxergava a violência racista porque eu sabia que a origem do preterimento e do descrédito estava vinculado a meu fenótipo negro. Sim, nós nos tornamos homens, mulheres, negros/negras... agora, quando conseguimos enxergar isso? Eu fui crescendo e tentando me defender/proteger/reconhecer minhas potencialidades, o que

significava e ainda significa defender/proteger/reconhecer as potencialidades da pessoa negra.

Então, obviamente, não foi fácil ingressar na universidade. Isso aconteceu depois de muitas tentativas e persistência. Concluí o Segundo Grau (Ensino Médio) em 1988 e ingressei no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no segundo semestre do ano 2000. Nessa década, além de continuar estudando e tentando vestibulares, em 1990, casei-me com Mervaldo Machado. Minha filha Danielle nasceu em 1992, e meu filho Thomaz, em 1996.

Iniciei o Curso de Pedagogia interessada pela educação das relações raciais e fui em busca dos grupos de estudos sobre esta temática no mestrado em educação. Não havia centralidade nos estudos étnico-raciais, então, decidi ingressar nos estudos sobre mulheres com o propósito de investigar sobre as experiências educacionais de mulheres negras.

Em 2002, ingressei no Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe), criado em 2001 pela professora Doutora Diomar da Graças Motta, com o projeto de pesquisa “Mulheres professoras no Maranhão: saberes e táticas”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA.

Durante os seus dezoito anos, o GEMGe tem sido incansável na luta pela visibilidade da mulher professora no espaço socioeducacional, porém, com pouca ocorrência sobre as experiências de mulheres negras, tanto que, desde 2002, período de constituição do GEMGe, só temos 13 estudos com ênfase nas relações raciais e 2 que interseccionam gênero e raça para compreender a situação das mulheres negras (Machado, 2018). Por outro lado, esse é o principal espaço aberto à produção de conhecimento no campo da educação das relações raciais no mestrado em educação da UFMA.

Dossiê Gênero, raça e educação: Análises de e sobre professoras negras
Revista de Ciências Humanas | v. 2, n. 24

Desse modo, o GEMGe acolheu meu interesse de estudo no campo das questões étnico-raciais e se constituiu como espaço de minha formação e produção de conhecimentos acerca da trajetória educacional de mulheres negras maranhenses, interseccionando as dimensões raciais e de gênero.

Nesta ocasião, ainda não tinha leituras sobre o conceito interseccionalidade discutido, na década de 1980, por feministas negras norte-americanas (Patrícia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, bell hooks, entre outras), porém, compreendia a partir de Joan Scott (1995) necessidade do uso das noções de gênero, raça e classe como categorias de análise histórica no enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero. Com foco no estudo das categorias gênero e raça, o nosso labirinto de experiência foi sendo constituído da seguinte maneira:

a) Epistemologia feminista para uma ação pedagógica no cotidiano escolar

Uma comunicação oral apresentada em 2003 no I Encontro Maranhense sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar (EMEMCE/UFMA) e no I Simpósio Maranhense de Pesquisadoras (es) sobre Mulher, Relações de Gênero e Educação (SIMPERGEN/UFMA). Com essas produções, refleti sobre o uso da epistemologia feminista no cotidiano escolar como ferramenta teórica capaz de nos ajudar a desvendar e transformar a construção sociocultural da imagem da mulher negra, argumentando sobre a utilização de conceitos como diferença no gênero, desconstrução da autoridade e ativismo político.

Com a diferença no gênero, a intenção era acentuar as diferenças entre os sujeitos, mantendo o respeito à pluralidade de condições materiais de vida em direção a uma existência e inteligências compartilhadas. Sobre a desconstrução da autoridade, a reflexão era a que esta noção poderia ser uma forma de denunciar a superioridade delegada historicamente ao homem para alterar nossa visão acerca da dominação e submissão, e quanto ao ativismo político este seria utilizado na mobilização dos conceitos anteriores, levando à consciência política de nossas ações pedagógicas, compreendendo seus significados na desconstrução das formas opressivas de vida (Machado, 2008).

b) A professora negra e suas representações

Foi uma palestra proferida em 2004, na Mesa Redonda: “Mulheres Negras no Cotidiano Escolar” do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE/UFMA), intitulado “Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas para os Afrodescendentes”. Abordou a atuação pedagógica da professora negra no cotidiano escolar maranhense, analisando algumas de suas intervenções nas situações de discriminação racial na sala de aula. O estudo concluiu que a educação das relações étnico-raciais no cotidiano escolar é marcada pelo sistema de pensamento em que a professora negra foi escolarizada, interferindo na formação da sua identidade e do seu fazer pedagógico. Também somente a sua presença no espaço escolar, não oferece condições para que se promova processos de ensino e aprendizagem antirracistas. É necessário alterar esquemas de pensamentos racistas internalizados

c) Mulheres Negras Maranhenses na Educação Superior em São Luís

Monografia de conclusão do Curso de Pedagogia da UFMA, em 2005, que analisou a trajetória educacional de duas mulheres negras na Educação Superior em São Luís. Busquei compreender o silenciamento das questões de gênero e raça na escola, discutindo a (in)visibilidade da mulher na historiografia. O estudo mostrou o quanto a concepção positivista “obscurece” sua atuação e o marxismo a secundariza, privilegiando a luta de classes (Machado, 2005). Foi a perspectiva da Escola dos Annales² que enfrentou a busca por novos problemas e objetos, transgrediu fronteiras, incentivou a interdisciplinaridade (história sociológica, antropologia histórica) e propôs a investigação de todos os aspectos da vida social, o que nos permite dar primazia às condições de vida das mulheres negras.

d) Mulher Negra: ressignificando o discurso no espaço escolar

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da UFMA que, em 2008, examinou quais significados de gênero e raça os sujeitos escolares utilizam para engendrar experiências que reivindicam a valorização de um grupo social específico – “os/as negros/as” – por meio da análise das atividades escolares coletivas (AECs)³ de uma escola pública da rede municipal de São Luís (Machado, 2008a).

² Refere-se a um movimento historiográfico impulsionado, em 1929, pela fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de história econômica e social), tendo como fundadores: Lucien Febvre e Marc Bloch (LE GOFF, 1988).

³ Designei por Atividades Escolares Coletivas – AECs o conjunto de manifestações artístico-culturais presentes nos projetos educativos, nas feiras científicas realizadas por ocasião de datas comemorativas que, na ocasião, constituíam estilos de ação privilegiada pelos profissionais da educação.

Continuei pensando sobre a possibilidade de utilização da epistemologia feminista⁴ como ferramenta conceitual para estudos de gênero e raça. As reflexões desenvolvidas no mestrado enfatizaram as questões raciais porque este era o conteúdo de interesse dos sujeitos da pesquisa, que já realizavam atividades de enfrentamento da problemática do racismo. Com tal situação, perguntava-me: O que motivava as preocupações dos/as professores/as com as questões raciais e o silenciamento das reflexões sobre gênero? Por que as professoras negras dessa escola destacavam racismos e negligenciavam o sexismo? Esse estudo focalizou as AECs, entendendo-as como um dispositivo pedagógico que, na visão de Larrosa (2004), são lugares onde se constroem e se transformam a experiência de si e que se inscreve dentro das relações de forças, delimitando as circunstâncias que podem aproveitar.

e) Gênero e raça na educação a distância: Há outras epistemologias na prática educativa de formação docente?

Tese de doutorado em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) (2015) que resultou no livro *Gênero e Raça em travessias epistêmicas* (2018) e abordou a problemática do desenvolvimento de práticas educativas de intervenções do tipo pedagógica, política e epistemológica sobre gênero e raça, especialmente no campo da formação continuada de professores, por meio do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

⁴ Epistemologia feminista é uma crítica sobre o conhecimento, que possa autorizar e fundamentar saberes politizados, tornando visíveis as mulheres e as relações de gênero no mundo da ciência. Trata-se de “propor princípios, conceitos e práticas que possam superar as limitações de outras estratégias epistemológicas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e de outros grupos historicamente subordinados” (Costa; Sardenberg, 2002, p. 97).

(GPP-GeR). Analisei os significados de gênero e raça produzidos nesse curso e concluí que esse tipo de formação é um modo de subversão epistemológica – “conjunto de atividades humanas (de intelectuais engajadas)” – que engendra “Movimento de (trans)formação docente” geradores de nova cultura de práticas educativas de formação docente (Machado, 2018, p. 250).

Nessas produções, desenvolvi estudos sobre relações raciais e de gênero e as maneiras de abordar essas questões na sala de aula, especialmente na formação de professores. Enfatizei a produção de preconceitos e discriminações gerados a partir de rejeições sociais do fenótipo negro. Com esse percurso, atualmente, sinto a necessidade de entrar no campo da africanidade e da afrocentricidade, visando explorar e aprofundar os estudos *africana*⁵, como preconiza a Lei n. 10.639/2003.

Como nos alerta Cunha Jr. (2005), estamos despreparados para lidar com a amplitude e complexidade da cultura afrodescendente e compreender o que somos, afinal, nossos estudos são brasileiros/eurocêntricos e desconhecem o continente africano e sua cosmovisão (geográfica, cultural, política e filosófica). Esta é uma das incompletudes dessas produções iniciais.

Com esses estudos, fui compreendendo como a educação institucionalizada, sobretudo, nas escolas e nas universidades, se constitui a partir de princípios monoculturais e eurocêntricos na sociedade brasileira, disseminando e reproduzindo preconceitos e discriminações nas relações raciais e de gênero. Ao mesmo tempo em que é um labirinto fértil de possibilidades de uso nas lutas políticas, nas reivindicações e na resistência da cultura africana entre nós.

⁵ Termo utilizado para se referir aos estudos dos povos africanos e afrodescendentes em todo o mundo.

Portanto, essa trilha labiríntica do **formar** cria ferramentas de agenciamento que é a consciência dos nossos interesses na reorientação e recentralização dos valores culturais africanos nas diásporas (Asante, 2009). Com esse processo de formação tem-se o início da produção de conhecimentos afrocentrados, fundamental na estruturação de projetos de intervenção pedagógica e epistemológica na universidade (neste caso, na UFMA), objetivando a libertação da população negra dos racismos e sexismos.

É o que veremos na Segunda Trilha!

Segunda Trilha: Intervir e aprender

Em 2009, comecei a trabalhar na execução de dois cursos voltados para estudos de gênero e raça na modalidade de Educação a Distância, ofertados na UFMA, sob a coordenação de uma integrante do GEMGe, Prof.^a Dr.^a Sirlene Mota Pinheiro da Silva.

Nesta proposta, realizei o acompanhamento pedagógico (profissional multidisciplinar) do Curso de atualização Gênero e Diversidade na Escola (GDE), em 2009, e atuei como professora/especialista no Curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR), no período de 2011 a 2013.

Os Cursos GDE e GPP-GeR faziam parte do Programa de Formação de Professores para a Diversidade, pertencente à Rede de Educação para a Diversidade (Rede)⁶, instituída pelo Ministério da Educação (MEC) em 2009. O Curso GDE teve início em 2006 e o GPP-GeR, em 2009. Foram realizados na modalidade de Educação a

⁶ A Rede era composta pelas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), que integravam o Sistema UAB. O propósito era manter um grupo permanente de trabalho, focado na formação continuada semipresencial de profissionais da rede pública da educação básica e na produção de material didático-pedagógico específico na área da diversidade cultural.

Distância por universidades integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (Sistema UAB), visando estabelecer um grupo permanente de instituições públicas de educação superior (IPES) dedicadas à formação continuada semipresencial de profissionais da rede pública da educação básica e à produção de material didático-pedagógico específico na área da diversidade cultural.

O curso GPP-GeR despertou-me maior interesse por sua intencionalidade de mobilização de profissionais de diferentes setores e áreas de atuação, alcançando variadas dimensões da sociedade, em diálogo intercultural. Nesse sentido, ele oportunizou: **a)** extrapolar o discurso unitário e a ênfase na responsabilização da instituição escolar pelas transformações sociais, e **b)** desenvolver modos de construção de uma “ecologia de saberes” (Santos, 2010), reunindo diferentes setores e áreas de conhecimentos na compreensão das relações de gênero e raça.

O processo formativo do GPP-GeR instigou-me à compreensão de como os cursos da rede diversidade são desenvolvidos e se atendem às suas finalidades no que concerne à formação de profissionais “aptos/as a atuar no processo de elaboração, monitoramento e avaliação de programas e ações que possam assegurar a transversalidade e intersectorialidade de gênero e raça em todas as políticas públicas” (Heilborn, 2010, p.12).

Assim, comecei a problematizar se os princípios de transversalidade e intersectorialidade – ao construírem formas de ultrapassar fronteiras e criar espaços abertos ao diálogo entre setores, áreas e saberes – organizam sistemas de conhecimentos das diversidades (gênero e raça) na universidade que sejam capazes de ajudar na produção de novos contextos culturais, novos significados e

novos discursos sobre gênero e raça em projetos educacionais e indaguei:

- a) Como o curso GPP-GeR foi organizado para formação de professores/as no reconhecimento e valorização das questões de gênero e raça no cotidiano das salas de aula?
- b) Quais os significados de gênero e raça presentes no projeto pedagógico do GPP-GeR, nos livros didáticos e nos discursos de professores/as, tutores/as e cursistas?
- c) Quais as possíveis implicações desses significados de gênero e raça produzidos, por meio do Curso GPP-GeR, na formação ou não de uma nova cultura de práticas educativas de formação docente? (Machado, 2018)

Essas questões foram discutidas na tese “Gênero e Raça na Educação a Distância: há outras epistemologias na prática educativa de formação docente?” e mostraram que, dentre outros aspectos, a potência política, pedagógica e epistemológica existente em dispositivos formativos, como os cursos da Rede de Educação para a Diversidade (Rede).

Dentre os diversos cursos da Rede, o GPP-GeR constituiu-se como espaço rico para ser aproveitado e canalizado na produção de formas mais humanas e de valorização da vida, mediante a compreensão dos modos de estruturação das relações raciais e de gênero na sociedade brasileira. É claro que isso foi possível num contexto de governamentalidade que privilegiou políticas de conhecimentos com epistemologias de subversão e diversidade epistêmica como as de gênero, sexualidade, raça, dentre outras.

Nesse labirinto do intervir e aprender, os conhecimentos afrocentrados são produzidos em movimento. Durante o processo de estruturação e realização da formação docente, continuei aprendendo sobre os conceitos de gênero e raça, investiguei e recriei outras possibilidades de intervenção, isto porque, nas minhas experiências acadêmicas e científicas, a pesquisa vem se constituindo, ao mesmo

tempo, formativa, intervencionista e geradora de conhecimentos sobre relações raciais e de gênero.

Então, nessa direção, vale ressaltar a importância da constituição de projetos e grupos de pesquisa como espaços apoiadores e produtores de conhecimentos afrocentrados. Com essa concepção, a partir de 2014, após meu ingresso na UFMA (mediante concurso público para o cargo de professora assistente na área de fundamentos da educação), decidi retornar as reflexões da monografia de conclusão do Curso de Pedagogia sobre trajetórias de mulheres negras na educação superior.

Com este propósito, desenvolvo, desde 2016 pesquisas sobre trajetórias educacionais e profissionais de professoras negras no magistério superior da UFMA, articulada com o projeto de pesquisa *Mulheres afrodescendentes de sucesso*, coordenado pelo Prof. Dr. Francis Musa Boakari. O projeto é conhecido como MAfroEduc e intitula-se “Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior – vozes epistêmicas” com o objetivo de analisar como se dá o ingresso e a participação de professoras afrodescendentes no magistério superior das universidades federais da região do meio-norte brasileiro que compreende a UFMA e a UFPI .

Este projeto está vinculado ao Departamento de Educação II do Curso de Pedagogia e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), ambos da UFMA, e já gerou as seguintes produções: quatro relatórios de iniciação científica, sendo um deles premiado; duas monografias de conclusão de curso; duas dissertações em andamento e vários artigos científicos publicados em capítulos de livros, Anais de eventos científicos e periódicos.

Além disso, deu origem a criação do Núcleo de Estudos e pesquisa sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e de Gênero

(NEPERGE) com o propósito de desenvolver ações compartilhadas entre grupos de estudos e pesquisa acerca das temáticas: relações étnico-raciais, afrodescendência, africanidades, gênero e sexualidade, apoiando e fortalecendo os movimentos interculturais no campo da educação (NEPERGE, 2017).

Em 2018, o NEPERGE realizou o I Colóquio de Pesquisadoras/es das Epistemologias Étnico-Raciais e de Gênero na Educação (COPERGE) com o tema “Vozes Epistêmicas e Saberes Plurais na Educação”. Na ocasião, reuniu os/as pesquisadores/as da UFMA, UFPI e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) com o objetivo de criar espaços colaborativos em que experiências instituintes, sobre educação das relações étnico-raciais e de gênero, sejam fortalecidas e partilhadas entre pesquisadoras/es da área educacional de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES).

Então, concretamente, por onde tenho trilhado este labirinto de experiências? Que conhecimentos venho garimpando e mobilizando nessas práticas formativas (em cursos de formação e em grupos de pesquisa)?

Minhas travessias no labirinto dos estudos das relações raciais e de gênero tem me aproximado da cosmovisão africana *ubuntu* e *griô*. Não tem sentido entrar sozinha nesse labirinto e permanecer sem diálogo e sem sonhar juntos. O mais importante não é voar o mais alto possível, mas sim que estejamos acompanhadas. Somos muitas mulheres atuando na docência – fenômeno conhecido como feminização do magistério. Entretanto, isto ocorre na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. No magistério superior somos menos de 4%. É preciso equilibrar esta balança!

Nesse labirinto de experiências que formam conhecimentos afrocentrados, formar e intervir/aprender negam a *episteme* moderna

que desconsideram os saberes do cotidiano, da vida da população negra, da história e cultura africana. Ao privilegiar esses conhecimentos que valorizam nas diásporas, engendramos uma subversão epistemológica ou desobediência epistêmica (Mignolo, 2008) dos padrões eurocentrados, com sua estética da branquitude, sendo estes negados como únicos e absolutos. Assim, interrompemos a colonialidade do pensamento.

Com essa desobediência epistêmica, “enegrecemos” a universidade com diversidade epistêmica e participação de agentes que organizam modos de intervenção pedagógica potencializadores de processos de conscientização política das pessoas sobre si mesmas e de seu compromisso com a valorização da história e cultura africana e afrobrasileira.

Enquanto fracassam os processos de governança e governabilidade. A nossa força e resistência está no nosso trabalho intelectual, na nossa atuação nos grupos de pesquisa, nos projetos que alcançam a educação básica, nas orientações de produções acadêmicas, na sala de aula...

Portanto, esse labirinto é um agenciamento, é uma maneira de ampliar acessos na universidade para a população negra, oportunizando a apropriação de espaços de prestígio social porque o nosso ofício docente é político, é pedagógico, é epistêmico, é militante, é vida.

Considerações finais: Refletir

... se a fala, como vimos, é considerada uma exteriorização das vibrações de forças interiores, inversamente, a força interior nasce da interiorização da fala (Hampaté Bâ, 2010, 178).

Falar do labirinto no qual se constituem as minhas experiências, significa trazer à tona minhas forças interiores, escondidas na resiliência. É, ao mesmo tempo, fazer brotar no meu interior as riquezas que a fala reverbera, motiva e impulsiona. É ainda manter esse labirinto mapeado para que outras pessoas possam nele adentrar e conhecer a potência viva das trajetórias educacionais de mulheres negras que a todo instante enfrentam impedimentos estruturados na lógica perversa de uma sociedade eurocêntrica, patriarcal e racista, cuja *episteme* tradicional define os lugares hegemônicos de sujeitos masculinos e brancos.

Este fenômeno social de exclusão individual e coletiva é que me impulsiona na luta por produções de conhecimentos na área da diversidade com intervenção pedagógica que dê visibilidade às experiências de professoras negras, uma lacuna no campo educacional da UFMA.

Percorrendo o labirinto de experiências que formam conhecimentos afrocentrados, por meio da trajetória educacional das mulheres negras, e, de modo particular, a minha própria experiência formativa e profissional, foi possível constatar que o processo de escolarização impõe esquemas linguísticos de forma arbitrária, visando manter a afirmação da cultura europeia. Silenciamentos e invisibilidade dos conhecimentos sobre as relações de gênero e as relações raciais são impregnadas de essencialismos que naturalizam e inferiorizam as experiências das mulheres negras, seja na escola, seja na universidade.

As interdições, os descréditos são sustentados por uma ideologia colonial, escravista e patriarcal. As reflexões desse labirinto mostraram o quanto ainda se faz necessário a formação dos/as professores/as para

o tratamento pedagógico das questões de gênero e raça nos espaços escolares e na universidade.

Cada trilha percorrida busca uma saída para o enfrentamento dos racismos e sexismos e produz agenciamento que significa criar possibilidades de compartilhar interesses e reunir forças, na luta contra as desigualdades raciais e de gênero instituídas. Afinal, o ingresso de mulheres negras no magistério superior é um fenômeno de desobediência epistêmica.

Desta forma, um labirinto que pretende a formação de conhecimentos afrocentrados não pode esquecer esse tipo de agenciamento ávido em desestabilizar a continuidade de legitimação de uma única epistemologia para instaurar formas de reconhecer outras pedagogias críticas na educação das relações de gênero e de raça na escola, na universidade, enfim, na sociedade.

Referências bibliográficas

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. Disponível em: <www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismociencia.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2014.

CUNHA JR, H. Nós, afrodescendente: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. *In*: ROMÃO, Jeruse. **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 249-273.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (Orgs.). **Gestão de Política Públicas em Gênero e Raça – GPP-GeR**: módulo I. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM/MEC, 2010.

Dossiê Gênero, raça e educação: Análises de e sobre professoras negras
Revista de Ciências Humanas | v. 2, n. 24

HAMPATÉ BÂ. Amadou. A tradição viva. *In*: Ki-Zerbo, Joseph. **História Geral da África. I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

LARROSA, J. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MACHADO, R. N. da S. A professora negra e suas representações. **In**: III CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS): pesquisa social e políticas de ações afirmativas para os afrodescendentes. **Mesa Redonda: Mulheres Negras no Cotidiano Escolar**, São Luís: UFMA, 2004.

_____. **Mulheres Negras Maranhenses na Educação Superior em São Luís**. 2005. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

_____. Epistemologia feminista do cotidiano escolar. *In*: MOTTA, Diomar das G. **Gênero em debate: construindo e compreendendo a teoria feminista no cotidiano escolar**. São Luis: Edufma, 2008. p. 106-111.

_____. **Mulher negra: ressignificando o discurso no espaço escolar**. 123 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2008a.

_____. **Gênero e raça em travessias epistêmicas**. São Luís: EDUFMA, 2018.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287 – 324, 2008.

SANTOS, B. de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. de.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

Artigos

Dossiê Gênero, raça e educação: Análises de e sobre professoras negras
Revista de Ciências Humanas | v. 2, n. 24

UFMA. Núcleo de Estudos e pesquisa sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e de Gênero. **Projeto de implantação**. São Luís: UFMA/NEPERGE, 2017.